

Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado na sociedade capitalista

Cláudia de Oliveira Vicente¹

Ana Lole²

Carla Cristina Lima de Almeida³

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a centralidade do trabalho nos afazeres domésticos e do cuidado nos marcos da sociedade capitalista dependente, considerando as dimensões de gênero-raça-classe no trabalho do cuidado. Busca aprofundar os dilemas do trabalho reprodutivo no contexto da sociedade capitalista dependente e periférica sob as novas morfologias do trabalho. A questão norteadora desta pesquisa é que o trabalho do cuidado, por ser exercido majoritariamente por mulheres e principalmente pelas mulheres negras, não é tratado em grande parte da literatura clássica como trabalho. Tendo em vista os determinantes históricos da exploração-opressão de gênero-raça-classe, as mulheres são levadas a experimentarem mais profundamente as condições de subalternização.

Palavras-chave

Trabalho do cuidado; Gênero; Raça e classe; Capitalismo.

It's not love, but unpaid work: an analysis of women in care work in capitalist society

Abstract

The article aims to analyze the centrality of work in the demands of care and social reproduction within the framework of dependent capitalist society, considering the dimensions of gender-race-class in care work. It seeks to delve deeper into the dilemmas of reproductive work in the context of dependent and peripheral capitalist society under the new morphologies of work. The guiding question of this research is that care work, as it is mostly carried out by women, is not treated in much of the classical literature as work. Considering the historical determinants of gender-race-class exploitation-oppression, women are led to experience more deeply the conditions of subalternization.

Keywords

Care work; Gender; Race and social class; Capitalism.

Artigo recebido em fevereiro 2024

Artigo aprovado em abril 2024

Introdução

Esse artigo tem por objetivo mostrar que o trabalho do cuidado está articulado à dinâmica da formação da sociedade capitalista, sobretudo no contexto de economias periféricas e dependentes que foram atravessadas pelo processo de colonização. Partimos do pressuposto que o cuidado é um trabalho, remunerado ou não, e está inserido na produção e reprodução social. Assim como a categoria do trabalho se expressa diferentemente em cada formação histórica, econômica e social, o cuidado assume formas particulares no desenvolvimento da sociedade capitalista, sobretudo para as mulheres.

Faz-se necessário afirmar que o trabalho do cuidado abrange o trabalho doméstico, embora o cuidado seja entendido a partir do seu caráter relacional, não é possível desconsiderar que as atividades vinculadas aos afazeres domésticos como por exemplo cozinhar, arrumar a casa, lavar e passar as roupas, tidas apenas como um trabalho doméstico, sejam uma das formas do trabalho do cuidado, cuja materialidade faz parte do modo sustentável da vida. Quanto ao trabalho do cuidado remunerado, ainda que haja uma relação mercantil, não deixa de ser o trabalho da produção do viver. O cuidado, assim, está circunscrito na categoria “trabalho no campo da reprodução social” visto que representa a dinâmica da produção da vida e dos trabalhadores, a qual ocorre diária e geracionalmente.

À medida que o capitalismo industrial se consolidou houve uma separação entre as esferas pública e privada, entre o lar e a fábrica. Dentro desse novo paradigma econômico, como as tarefas domésticas não geram lucros, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho.

Bruschini (2006) sinaliza que desde os anos de 1990 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) passou a incorporar uma revisão conceitual sobre trabalho. No novo conceito caracterizam-se as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e a produção para o próprio consumo e o da família. Em 2001, foi inserido na metodologia da pesquisa o uso do tempo nas atividades domésticas e do cuidado. A PNAD Contínua adota o conceito das atividades do cuidado e dos afazeres domésticos de forma não remunerada como “Outras formas de trabalho”, na medida em que essas atividades embora não contabilizadas na produção da riqueza nacional expressas no Produto Interno Bruto (PIB), não deixam de serem vistas como trabalho.

Nesse estudo analisamos o trabalho do cuidado no contexto da formação social brasileira, considerando o conceito de capitalismo dependente que é importante nas análises sobre as economias latino-americanas na ótica do materialismo dialético. É necessário retomar a importância de compreender a singularidade do capitalismo presente na América Latina, resultante do processo de colonização que foi conformada a partir da acumulação primitiva e da divisão sosciossexual e racial do trabalho. A conformação da sociedade latino-americana pautada pela escravidão faz com que a correlação de forças internas penda para a defesa dos interesses internacionais e das oligarquias locais, constituídas neste processo, ou seja, não há rompimento com a estrutura colonial.

Este artigo está dividido em dois itens, o primeiro versa sobre o conceito força de trabalho enquanto uma mercadoria especial na garantia do desenvolvimento capitalista, considerando as particularidades do Brasil e da América Latina, com contornos ainda mais violentos, pelo repertório histórico da colonização e escravização que repercutiu na formação da classe trabalhadora brasileira e seus impactos na exploração da força de trabalho principalmente das mulheres negras. No segundo item apresentamos alguns dados da PNAD Contínua sobre o trabalho do cuidado e doméstico, no âmbito remunerado e não remunerado. Busca-se também contextualizar o

cuidado no Brasil o qual ainda está organizado e imbricado nas relações de precarização do mundo do trabalho.

Força de trabalho: “mercadoria especial” na formação do mercado de trabalho capitalista no Brasil e na América Latina

Reconhecemos que as análises de Karl Marx e Friedrich Engels possuem especificidades de um contexto histórico e geográfico. Além disso, é importante salientarmos que o Brasil, um país de economia periférica, possui marcas da colonização e da escravização que impactam sua formação social, econômica e política.

Em um contexto de transformações no “mundo do trabalho” (Ianni, 1994; Stampa, 2012; Stampa; Lole, 2018), o capitalismo, na busca de ampliar a taxa de lucratividade, expande a exploração da força de trabalho, o que impacta diretamente o trabalho feminino. Dessa forma, neste item iremos analisar as relações de trabalho na sociedade capitalista para compreendermos a força de trabalho como uma “mercadoria especial”, sobretudo a feminina.

Na obra “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” (1845), Engels descreve minuciosamente as condições de trabalho e de vida do proletariado inglês com o advento da Revolução Industrial. O autor expõe as condições aviltantes do proletariado ao enfatizar que “[...] é verdadeiramente revoltante o modo como a sociedade moderna trata a imensa massa dos pobres” (Engels, 2010, p. 137). Para os trabalhadores que estavam nas fábricas o ritmo era intenso com altas jornadas de trabalho, baixos salários e ambientes precários. Paralelamente à precarização do trabalho tinham as piores condições de vida, saúde debilitada, condições inadequadas de higiene, acesso restrito à alimentação, amontoamento em espaços insalubres onde todos os tipos de doenças se propagavam.

A Europa é marcada pela introdução do trabalho assalariado desde o surgimento do capitalismo. Na particularidade latino-americana, contudo, o Brasil apresenta processos históricos que demarcam as

relações entre capital e trabalho pautadas pela escravização da população originária e negra, bem como a superexploração do trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente. Este tem o racismo como base fundante e dinamizadora, instituída desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto na formação da história social do Brasil. A economia escravista montada no Brasil, desde os primórdios da colonização, considerou a pessoa escravizada uma simples mercadoria, vejamos o que diz Clóvis Moura:

[...] Era, portanto, força produtiva no seu sentido global, dentro da sociedade escravista, mas ao mesmo tempo, do ponto de vista do senhor de escravos, simples meio de produção; equiparado aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores de atividades econômicas (Moura, 1990, p. 55).

A relação capital e trabalho sob os escombros do regime escravista adquiria outros moldes, para os negros não havia escolhas na sua venda da força de trabalho até porque eram tratados como mercadoria que pertencia ao seu comprador que utilizava dessa mão de obra como instrumento de trabalho.

A economia colonial latino-americana dispôs da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para possibilitar a maior concentração de riqueza que jamais possuiu qualquer civilização na história mundial (Galeano, 1985, p. 49–50).

O processo de colonização da América Latina tinha o trabalho escravo como cerne, no caso brasileiro sua configuração era baseada na estrutura de Plantation – trabalho escravo de negros e indígenas, produção em monocultura e latifúndio para satisfação de um mercado único e exclusivamente externo. O controle do trabalho era o pilar essencial das colônias latino-americanas, pois através dele era possível uma produção em massa para a comercialização.

A formação da classe trabalhadora brasileira é marcada por contradições desde o início do século XIX, quando já era possível ob-

servar a existência de oficinas artesanais e manufaturas na capital do país. Aproximadamente a partir de 1840 houve um crescimento das manufaturas no Rio de Janeiro, decorrente principalmente de iniciativas do governo imperial de incentivo ao crescimento industrial, relacionadas à redução de determinados impostos, mas também em função da expansão da cafeicultura agroexportadora, conduzindo a um aumento populacional neste período. De acordo com Soares (2003), até 1840 a mão de obra utilizada nas manufaturas era predominantemente escrava, porém parte da população passa a ser absorvida como mão de obra assalariada.

Vale ressaltar que embora as manufaturas começassem a ganhar fôlego na área urbana, a economia cafeeira escravista agroexportadora era dominante, de forma que o trabalho manual e mecânico era culturalmente depreciado pelos brasileiros, sendo assim, delegado aos escravos e imigrantes. “Isso se dava porque a propriedade industrial não era considerada nobre e digna de status social e político, tal como a grande propriedade rural” (Soares, 2003, p. 6). Em 1850 foi decretada a lei Eusébio de Queiroz proibindo o tráfico de escravos, uma primeira iniciativa efetiva com vistas à desestruturação do sistema escravista (Cf. Gomes, 2013).

De acordo com Moura (2014), na fase do Escravismo Pleno, ou seja, no período que abrange 1550 a 1850, a escravidão e o número de escravizados cresceram genuinamente, e a repressão era a condição eficaz para conter a rebeldia e manter o equilíbrio social do sistema, alicerçado pela unidade entre a colônia e o mercado mundial.

Nessa relação, o sistema colonial brasileiro foi partícipe na dinâmica do capitalismo mercantil e acumulação primitiva, gênese da constituição e desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa (Silva; Fagundes, 2022, p. 226).

De acordo com Silva e Fagundes (2022) o Escravismo Tardio expressa a desagregação do regime escravista e um novo arranjo jurídico-político no Brasil. Em termos temporais se estabelece o início desse

regime escravista com a proibição do tráfico de negros/as escravizados/as, estendendo-se até 1888. Com isso, os eixos fundamentais da estrutura societária do Brasil escravista foram reformulados possibilitando um rearranjo do país na transição do antigo regime de trabalho em direção ao regime de assalariamento. “No entanto, essa transição perdurou por décadas, tendo escravizados e trabalhadores livres convivido nos mesmos espaços de trabalho e compartilhado formas de resistência e lutas políticas” (Silva; Fagundes, 2022, p. 226).

Andrade (2021) destaca a dupla exploração do trabalhador de ganho⁴, pois se ao mesmo tempo poderia ser compreendido como trabalhador produtivo, não podia usufruir do seu salário, uma vez que era obrigado a entregar parte de seus proveitos. Assim: “a figura do escravo a ganho expõe que sob uma relativa autonomia, este trabalhador era duplamente explorado, tanto pelo capital quanto pela escravidão” (Andrade, 2021, p. 162).

A autora destaca, ainda, que a proibição do tráfico de escravizados provocou um processo de mudança da força de trabalho, com a ascensão do trabalho assalariado nas manufaturas por meio do emprego do trabalhador imigrante, sobretudo. Cabe apontar que, por exemplo, em 1862 havia baixa presença feminina nos espaços fabris: “A presença de mulheres era bem reduzida e apenas 9, todas elas estrangeiras, foram registradas como operárias” (Soares, 2003, p. 14).

No entanto, Soares (2003) nos revela um aumento da participação feminina nos espaços fabris com o passar de uma década:

Entretanto, um maior número de mulheres foi registrado à parte no recenseamento de 1872: eram as costureiras. Segundo os dados deste censo, existiam 11.592 costureiras em todo o Município Neutro, das quais 10.208 eram livres (88,06 %) e 1.384 escravas (11,94 %). Nas freguesias da cidade. Vivia a maior parte das costureiras, ou seja, 9.863 mulheres. Destas, 8.646 eram livres (87,66 %), 6.285 brasileiras e 2.361 estrangeiras, e 1.217 eram cativas (12,34 %). Nas freguesias de fora da

cidade, viviam apenas 1.729 costureiras, das quais 1562 eram livres (90,34 %), 1.500 brasileiras e 62 estrangeiras, e 167 eram cativas (9,66 %) (Soares, 2003, p. 14).

As escravizadas que trabalhavam nos espaços domésticos, em maior número, além das tarefas diretamente ligadas ao serviço de seus senhores e famílias – mucamas, pajens e amas-de-leite – cabiam-lhes atividades que viabilizavam o funcionamento e a manutenção das residências – cocheiros, cozinheiras e lavadeiras. Deste modo, na década de 1870 a mão de obra escrava já havia se tornado bastante incipiente no setor manufatureiro. Neste período o crescimento populacional nas zonas cafeeiras estimulou o desenvolvimento da construção de estradas de ferro, ampliando o mercado e o investimento na indústria⁵.

Em suma, o trabalho escravo na cidade era direcionado ao provimento do consumo interno, para a infraestrutura urbana e sanitária e para a realização de serviços diversificados. Em 1880 os grandes estabelecimentos manufatureiros já não empregavam mais mão de obra escrava.

Após a abolição da escravidão, quando o trabalho assalariado se torna o sistema dominante, homens e mulheres livres, brancos e negros, disputavam ocupações no mercado de trabalho. Portanto, a abolição da escravidão e consequente consolidação do trabalho assalariado, foi o pontapé da transição da manufatura para a grande indústria na sociedade brasileira.

As classes dominantes buscaram apagar a “mancha negra” da história do país e isso conformou a ocultação da presença negra na história do trabalho e da luta de classes na sociedade capitalista brasileira. Reconhecer essa presença é confrontar-se com a diversidade e a profundidade das contradições que dinamizam a luta de classes e constituem a classe trabalhadora.

É importante ressaltar o papel fundamental que as mulheres negras exerceram durante a escravidão, elas foram centrais para a organização familiar branca e para a economia, não menos importante foi o

papel ocupado por estas mulheres para o povo negro. Isto porque as inúmeras restrições que os homens negros enfrentaram no período pós-abolição para ingressar no mercado de trabalho fizeram das mulheres negras a mão de obra que ordenava o mundo privado negro, assim como intervia eficientemente no espaço doméstico branco. É incontornável, portanto, que a mulher negra foi o alicerce que estruturou o mundo doméstico branco e o mundo privado negro (Silva, 2013).

Aproximadamente na segunda metade do século XX, quando o capitalismo encontrava-se em estágio mais avançado, a sociedade brasileira foi marcada pelo aceleramento da urbanização, resultando na intensificação do êxodo rural. Isto levou à aglomeração de um grande contingente de trabalhadores nos centros urbanos, dentre estes, parte teve sua força de trabalho consumida temporariamente e parte não encontrou compradores para sua força de trabalho, formando assim o contingente excessivo de trabalhadores para as necessidades de valorização do capital, nos termos descritos por Marx: uma “superpopulação relativa”⁶.

Consideramos que o processo de formação da classe trabalhadora na sociedade brasileira precede à industrialização, bem como, associa formas capitalistas com formas pré-capitalistas de produção. Tal peculiaridade deu origem a diferentes hierarquias na composição da classe trabalhadora, reforçando lugares diferenciados a negros, brancos, homens e mulheres. Embora libertos, os negros continuaram sendo considerados subcidadãos, deste modo, o lugar dispensado ao negro no período pós-abolicionista foi o lugar da extrema pobreza e sem cidadania. Segundo Almeida, o “[...] Estado brasileiro não apresentou nenhuma política reparatória para a população negra e sequer garantiu direitos de cidadania no regime republicano vindouro” (2014, p.141).

Recorrendo aos estudos desenvolvidos por Marx verifica-se que a promoção do pauperismo é inerente à Lei Geral da Acumulação Capitalista, expresso particularmente nas condições de sobrevivência da

superpopulação relativa. Portanto, a Lei Geral da Acumulação Capitalista funda-se na relação dialética entre a produção recíproca de riqueza e miséria. Esse pauperismo resulta da dominação de uma classe sobre a outra, contudo, no modo de produção capitalista esta dominação é velada, mediada pelo salário assume a aparência de trabalho pago, enquanto no modo de produção capitalista que se ergue sob o regime escravocrata a dominação é explícita, a ponto de expropriar o trabalhador de seu próprio corpo. O trabalho escravo e o trabalho assalariado se aproximam sob a ótica da subordinação de uma classe sobre a outra, no entanto são essencialmente distintos quando observa a lógica que subjaz a dominação.

Cabe esclarecer que a superpopulação relativa não é composta exclusivamente por trabalhadores negros, no entanto, a exclusão sistemática da população negra de determinados setores da produção e da própria sociedade demonstra que as hierarquias sociais e ideológicas construídas durante e após a escravidão delegaram lugares diferenciados a trabalhadores negros e brancos, configurando uma divisão social e racial do trabalho. Deste modo, além da subordinação de classe a que todos os trabalhadores que se encontram submetidos na sociedade do capital, os negros constituem uma fração da classe trabalhadora que enfrenta uma subordinação de raça inerente à luta de classe.

Para Silva e Fagundes (2022) as produções teóricas de Clóvis Moura (1990; 2014) trouxeram para o centro a relação entre racismo e capitalismo. A racialização das relações sociais é um elemento organizador das relações de produção de mais-valia, à medida que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é largamente estruturada também a partir da hierarquização racial, étnica e sexual. E assim, de forma incisiva, Moura constata que “[...] o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas” (Moura, 1988, p. 30).

Analizando mais detidamente, explicita-se aí a dinâmica concreta da superexploração, na qual a remuneração da força de trabalho abaixo do valor incide de maneiras distintas sobre o conjunto da classe trabalhadora e lança, sobretudo, à parcela negra dessa classe, os custos da sua reprodução social.

De acordo com Marini (2017) as economias latino-americanas, sendo dependentes, têm a sua riqueza repartida entre as classes dominantes internas e externas, e isso implica extrair mais riquezas do suor e do sangue daqueles/as latino-americanos/as que trabalham. Essa apropriação repartida da riqueza implica uma superexploração da força de trabalho, ou seja, implica relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria-trabalho na condição de alforria aparente) abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho.

Os desdobramentos que os países periféricos experimentam acerca desse processo referente à classe trabalhadora se expressam por meio do desemprego estrutural, dos altos níveis de precarização, de desproteção e informalidade do trabalho.

É necessário o reconhecimento da trajetória histórica da classe trabalhadora na sua diversidade e multiplicidade, e as contradições que a perpassam. Não é possível entender a dinâmica nem a complexidade do racismo apartada das relações sociais fundadas e sustentadas pela lógica da acumulação de capital e da sociabilidade burguesa.

Nisso se destaca a importância de elaborações como as da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para o estudo do racismo na América Latina, à medida que formula os elementos gerais para a compreensão da dinâmica *sui generis* do capitalismo dependente, suas contradições e tendências. O entendimento do racismo como categoria teórica é fundamental à análise das relações sociais na América Latina e à compreensão do processo de dominação necessário à superexploração da força de trabalho como uma categoria teórica explicativa, síntese de processos complexos e determinantes da vida social.

Mulheres no trabalho doméstico e de cuidado familiar: um “PIB velado”

O cuidado como categoria analítica está inserido no campo das tensões e dos conflitos entre a esfera da produção e da reprodução social⁷. É também um direito, e como tal necessita ser incluído nas políticas sociais como um dever do Estado. Deste modo, a economia do cuidado, como perspectiva, considera nas análises do cuidado as questões de como o mercado, a geração de empregos, o tempo e a renda intervêm para alocar a produção do bem-estar dos indivíduos no centro da análise. Assim, a reprodução e a produção social como campos conflituosos e que se conectam, envolve as questões de gênero e o entendimento do trabalho de reprodução como o centro da produção da sustentabilidade da vida e do bem-estar dos indivíduos e da força de trabalho no Capitalismo.

A partir dos estudos feministas o uso do arcabouço da economia do cuidado, traz à luz a problematização sobre como esse tempo pode ser contabilizado fora da produção, como parte do mesmo processo produtivo e ao mesmo tempo da produção/reprodução dos meios de manutenção da vida individual e coletiva. Isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde, o aconchego e a manutenção do espaço doméstico. Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições objetivas e subjetivas de se autocuidar, como as crianças, pessoas idosas e outras pessoas.

Esse tempo, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é retirado da vida das mulheres considerado uma atribuição feminina, e determinado por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista. Para a maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho, formal e informal, o tempo para cuidar das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção nesse mercado. É justamente aí que se produz a dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres. Essa forma de organização, baseada na sobrecarga da jornada de trabalho das mulheres, é funda-

mental para a acumulação do capital, uma vez que faz baixar os custos da reprodução social. Com isso, destacamos a definição da economia feminista nas palavras de Rodríguez Enríquez:

La economía feminista es una corriente de pensamiento que pone énfasis en la necesidad de incorporar las relaciones de género como una variable relevante en la explicación del funcionamiento de la economía, y de la diferente posición de los varones y las mujeres como agentes económicos y sujetos de las políticas económicas (2015, p. 31-32).

O aprofundamento dos fenômenos contemporâneos do mundo do trabalho é fundamental para analisar os dilemas das mulheres no campo do cuidado. Haja vista que nesse cenário, o trabalho do cuidado se intensifica e ganha dramaticidade com a desregulamentação do trabalho e a ausência de políticas públicas. Além disso, impacta nos postos e tipos de trabalho, que tende a ser diferente para uma mulher que tem acesso a serviços de cuidado pelo Estado ou privado, mediante pagamento, e para uma mulher que não tem acesso a esses serviços.

Deste modo, permite pensar como as políticas econômicas impactam na provisão de serviços não remunerados. Assim, é de se questionar o que se entende por econômico – que é mais do que, apenas, o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, ou a geração de empregos e os ingressos monetários no mercado – e como ele impacta na provisão dos cuidados não remunerados. Conforme Esquivel: “La ‘organización social del cuidado’ es la otra cara de la moneda de la ‘organización del trabajo remunerado’” (2011, p. 25).

Apesar da sua prevalência e de seu papel fundamental na sociedade, muitas dimensões do cuidado permanecem invisíveis e desvalorizadas, por exemplo, o papel econômico do cuidado não é reconhecido nem calculado adequadamente. Muitos indicadores sobre o cuidado estão registrados em diversos setores, não sendo compilados de forma sistemática, como parte de uma economia

de cuidado, como podemos verificar nos dados da PNAD Contínua (Cf. Vicente, 2023). De acordo com Melo e Morandi (2021), nas economias mais avançadas, a economia de cuidado representa uma proporção crescente do PIB e envolve um número significativo de trabalhadores, principalmente as mulheres.

As autoras defendem a ideia de criar no Brasil um indicador social de trabalho não pago a ser incorporado ao Sistema de Contas Nacionais (SCN) através de conta satélite, seguindo a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU). Entende-se que um indicador macroeconômico, complementar à medição do PIB, é “capaz de mensurar e representar melhor as desigualdades das relações de gênero, permitindo a adoção de políticas públicas mais adequadas e eficientes para promoverem, senão a extinção, pelo menos a redução dessas desigualdades [...]” (Melo; Morandi, 2021, p. 190). Trata-se, segundo as autoras, de uma extensão do SCN que permite análises sobre a evolução e o perfil de um dado setor em comparação ao restante da economia, apresentando dados sistematizados sobre a estrutura produtiva e a dinâmica do setor, sendo possível determinar o grau de sua contribuição para a economia e permitir sua visibilidade.

O estudo apresentado por Melo, Considera e Di Sabbato (2013) aponta através da sistematização dos dados quantitativos a lacuna que existe pela não inclusão do trabalho do cuidado e doméstico não remunerado na contabilização do PIB brasileiro.

[...] Isto é, as mulheres são responsáveis por 83,5% deste PIB “velado” da década de 2001/2011 contabilizado pela valoração dos afazeres domésticos. Não há empecilhos técnicos para a valoração do trabalho reprodutivo – não pago, sua valorização é uma decisão política, portanto depende da força política dos segmentos sociais interessados na construção de um futuro igualitário entre os sexos e que tenham como meta promover o “fim” da divisão sexual do trabalho, raiz do mal-estar feminino (Melo; Considera; Di Sabbato, 2013, p.12).

A utilização das Pesquisas do Usos do Tempo têm sido um importante recurso adotado por diversos países para sistematizar e contabilizar as horas do trabalho do cuidado e doméstico não remunerado realizado majoritariamente pelas mulheres numa clara divisão sociosexual e racial do trabalho. A utilização da mensuração do tempo é importante instrumento na formulação e elaboração de políticas sociais, considerando que para atender as demandas pertinentes ao cuidado é essencial que se façam políticas públicas intersetoriais.

Na pesquisa sobre o trabalho do cuidado⁸, Vicente (2023) analisou o número médio de horas semanais dedicadas a essas tarefas visando mensurar o diferencial de intensidade da realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas, tendo por base a PNAD Contínua dos últimos cinco anos. Em 2017, “no Brasil, verificou-se uma média de 16,5 horas, havendo grande discrepância entre homens e mulheres (10,8 horas para homens e 20,9 horas para mulheres)” (PNAD Contínua, 2017, p.13). A intensidade de horas semanais dedicadas a essas atividades era superior entre as pessoas não ocupadas: enquanto os ocupados dedicavam, em média, 14,0 horas semanais a essas tarefas, os não ocupados dedicavam, em média, 19,6 horas. Essa tendência ocorreu em todas as Grandes Regiões, tendo a Região Sudeste apresentado a maior média entre os não ocupados (20,4 horas), e a Região Nordeste, a maior média entre os ocupados (14,6 horas).

Ao examinarmos os dados do ano de 2018, referentes aos sexos e regiões, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais a afazeres domésticos e/ou cuidados, os homens dedicaram 10,9 horas. A Região Nordeste teve a maior diferença de horas entre homens e mulheres (em média 11,5 horas), Região Sudeste (em média 10,8 horas), Região Sul (em média 9,1), Região Centro-Oeste (em média 9,1 horas) Região Norte, a menor taxa (em média 8,4 horas).

Em 2019, “a média de horas dedicadas a afazeres e/ou cuidados foi estimada em 16,8 horas semanais, mesma média do ano anterior” (PNAD Contínua, 2019, p 7). Outro dado relevante foi a questão das

Grandes Regiões do Brasil, tem-se que a Região Sudeste apresentou a maior discrepância na média de horas dedicadas a afazeres domésticos e/ou cuidados entre mulheres e homens não ocupados (12,8 p.p.) e a Região Nordeste, a maior diferença entre mulheres e homens ocupados (9,1 p.p.).

Deste modo, observou-se que a mulher não ocupada dedicou, em média, 24 horas semanais a afazeres domésticos e/ou cuidados, enquanto o homem não ocupado dedicou a metade (12,1 horas) em 2019. Essa diferença entre mulheres e homens se manteve elevada mesmo quando consideramos apenas as pessoas ocupadas: as mulheres ocupadas dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens ocupados.

É necessário abrir um parêntese no ano que compete 2020 e 2021, onde a discussão sobre o vínculo entre a economia do cuidado e o trabalho doméstico remunerado ou não, assume ainda mais relevância no período em curso da pandemia da Covid-19⁹. Muitas trabalhadoras¹⁰ estiveram expostas ao contágio do novo coronavírus para garantirem o direito à vida e à sobrevivência de si própria, da sua família e de outrem.

De acordo com o relatório da Pesquisa “*Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*”, produzido pela Gênero e Número em conjunto com a Sempreviva Organização Feminista (SOF), publicada em 2020, a pandemia causada pelo novo coronavírus alterou as dinâmicas de vida, trabalho e cuidado de toda a sociedade. A crise sanitária escancarou a importância do trabalho do cuidado enquanto um organizador social. Essa realidade refletiu de forma ainda mais dramática as famílias em condições de maior empobrecimento, a sobrecarga das mulheres apareceu de forma latente exatamente no momento que houve medidas restritivas de isolamento social, com isso o cuidado familiar ficou inteiramente concentrado nas famílias, sobretudo nas mulheres.

Por outro lado, com a suspensão de serviços de reprodução social como creches e escolas, serviços comunitários de convivência

principalmente para pessoa idosa e pessoas com deficiência, exigiu-se o isolamento das famílias nos lares, aumentando a sobrecarga de tarefas domésticas não pagas, relegadas as mulheres. A pesquisa aponta ainda que entre as mulheres negras as taxas de realização de afazeres domésticos são ainda maiores que as mulheres brancas, correspondendo 94,1% de mulheres pretas ou pardas e 91,5% entre mulheres brancas. Seguindo na mesma direção, a pesquisa “*Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*” (2020) demonstrou que as mulheres negras foram as mais atingidas pelo aumento da prestação do cuidado com um percentual de 52%, em comparação a 46% de mulheres brancas.

Ainda assim, mais uma vez verifica-se a indissociabilidade entre produção e reprodução social quando algumas famílias utilizam seus lares como espaços de trabalho exigidos pelo modelo de *home office*, demonstrando que a chamada “esfera” da produção depende da “esfera” da reprodução e vice-versa, conforme exposto na primeira parte deste artigo. É assumido que o trabalho doméstico é essencial e necessário para a reprodução da mão de obra, inclusive ao ser classificado como atividade essencial. O capitalismo, sobretudo o periférico, se esforça para escamotear a grande quantidade de tempo e recursos para manter essa mercadoria tão essencial ao capital – a força de trabalho. Nesse sentido, a pandemia da Covid-19 destaca aquilo que não pode ser mais ignorado, a sociedade capitalista se sustenta nesses pilares entrelaçados mutuamente, mas que se colocam como opostos que é, por um lado, a necessidade devastadora da obtenção da mais-valia por meio da exploração da força de trabalho e, por outro lado, a necessidade de sua reprodução e manutenção.

A dialética sobre o trabalho do cuidado está associada ao trabalho remunerado e ao não remunerado, da relação produtiva e improdutiva imbricada por uma divisão sociossexual e racial do trabalho. Para tanto, é fundamental analisar qual é a centralidade do trabalho no debate do cuidado, considerando que esse lugar é compreendido como não

trabalho, portanto, sendo amplamente desvalorizado seja na esfera da produção quanto da reprodução social.

O que torna essa análise ainda mais importante para as trabalhadoras domésticas é que o acúmulo destas duas jornadas de trabalho é, para elas, o acúmulo de duas jornadas do mesmo trabalho. Elas realizam, em suas jornadas pagas, o trabalho doméstico e de cuidado para os patrões e, em suas jornadas não pagas, também fazem o trabalho doméstico e de cuidados para si e seus familiares, corroborando com essa descrição sobre o duplo papel do trabalho feminino, “considerando que – sua força de trabalho ora se põe no mercado de trabalho como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso” (Saffioti, 2013, p. 96).

Importante sinalizar que a ideia trazida pela autora é ressaltar o caráter do trabalho do cuidado e doméstico como trabalho improdutivo, seja no aspecto remunerado ou não remunerado. Com isso, reafirma-se que o trabalho de reprodução é das mulheres, como um processo natural. Nesse sentido, a dupla jornada da trabalhadora doméstica é ainda mais repetitiva, exaustiva e absorvente, do ponto de vista físico e emocional. Estamos diante de um grupo de trabalhadoras cuja rotina praticamente exclui qualquer possibilidade de dedicação a atividades de lazer e momentos de descanso. Assim, podemos afirmar que estas mulheres estão mais expostas a vários tipos de vulnerabilidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

O Brasil é um dos países com maior número absoluto de pessoas empregadas no trabalho doméstico. A importância dessa ocupação, majoritariamente feminina, está relacionada à trajetória de mulheres e meninas pobres no mercado de trabalho e no contexto de profundas desigualdades raciais e sociais característico do país. Relaciona-se ainda com a forma como o país organiza o sistema de cuidados, até hoje, a principal mão de obra para o

atendimento da demanda por cuidados de pessoas e dos lares das classes mais privilegiadas. (DIEESE, 2023, p.2).

No Brasil, a formação da força de trabalho doméstica está relacionada ao processo de colonização dos territórios e à divisão da sociedade em raças, pela necessidade de legitimação da dominação e escravização dos povos negros. Os efeitos desse projeto colonial permanecem nas características do mercado de trabalho das sociedades colonizadas ainda hoje.

[...] Nós, mulheres negras, [...] fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Carneiro, 2020, p. 2).

No caso do emprego doméstico, o mecanismo de dominação de raça se combinou com o de gênero. Ambos caracterizam os fundamentos da distribuição da população em estruturas de poder. Essa divisão é bastante evidente nas características do trabalho doméstico, que é uma atividade relacionada à reprodução social e relegada historicamente às mulheres. Mas também possui forte relação com raça e classe, já que no âmbito da segregação racial do trabalho, cabia aos negros realizarem os trabalhos braçais.

Considerações finais

Os estudos feministas inovaram ao propor que as atividades relacionadas ao cuidado constituem também uma forma de trabalho, seja o trabalho remunerado ou não, uma vez que além de prover o bem-estar, este também implica na contribuição para a reprodução da força de trabalho e conjuntamente para o sistema de acumulação capitalista.



Portanto, esse artigo trouxe, a partir do debate teórico, a importância de pensar o cuidado enquanto trabalho, considerando de que forma a relação produção e reprodução social, embora contraditória e indivisível, ocorre na sociedade capitalista e quais os impactos gerados para a classe trabalhadora no que tange à exploração e opressão de gênero, classe e raça.

Ao indicar, no entanto, que os homens têm sido os sujeitos privilegiados pela distribuição desigual dos cuidados, e que as mulheres são responsabilizadas por sua execução, tem-se ainda apenas um quadro parcial da organização social dos cuidados. Numa sociedade como o Brasil, historicamente marcada pelo processo de colonização e escravização dos povos originários e da população negra na qual o racismo estrutural repercutiu fortemente na formação histórica e social dessa sociedade, é essencial articular não apenas o gênero, mas a raça e classe social nessa dinâmica. Avançar na compreensão de como raça e classe operam nessa distribuição, de separação e hierarquização como princípios que se intersectam e também com a divisão sociossexual e racial do trabalho, constitui um imperativo para uma apreensão mais fidedigna da organização social do cuidado, sobretudo quanto às desigualdades em que ela se assenta e quanto à sua complexidade.

As mudanças ocorridas, e que ainda estão em curso no mundo do trabalho, afetam substancialmente a capacidade das famílias de desempenhar o trabalho reprodutivo, especialmente de prover cuidados à população idosa, às crianças, pessoas dependentes de algum nível de cuidado. As mulheres mais empobrecidas não acessam os serviços públicos vinculados ao cuidado e tampouco possuem condições econômicas para custear uma profissional do cuidado ou doméstica, com isso precisam conciliar e acumular uma dupla jornada de trabalho (casa e emprego).

Esse artigo explicitou que o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico impactam na produção e na determinação do valor da força de trabalho, de modo a apontar que esse trabalho compõe uma unidade contraditória, porém necessária entre produção e reprodução

social. As considerações sobre o processo de formação do capitalismo dependente foram trazidas a fim de estabelecer relação entre a superexploração da força de trabalho e a reprodução social, a partir da contribuição da Teoria Marxista da Dependência explicitando os impactos sobre a divisão sociossexual e racial do trabalho.

É fundamental abrir esse debate na formação do Serviço Social, de modo a aproximar a temática do cuidado do trabalho profissional, visto que de forma sistemática as assistentes sociais atuam com famílias e, na sua maioria, com mulheres e mulheres negras da classe trabalhadora. Portanto, é necessário pensar o trabalho do cuidado na esfera produtiva e reprodutiva, enquanto categoria trabalho e, junto a isso, ampliar o próprio conceito de classe trabalhadora.

Cumpre retornar ao título do artigo “Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado”, no qual se buscou não perder a dimensão histórica que o patriarcalismo, adensado ao capitalismo, encontrou ao propagar a concepção do amor romântico e incondicional junto ao termo do cuidado, na forma de uma devoção praticada pelas mulheres no que rege ao cuidado familiar. Diante dessa combinação, o capital ainda usufrui de milhares e milhares de horas de trabalho não pago, invisibilizado, desvalorizado e sistematicamente ainda realizado pelas mulheres no interior dos seus lares. Nesses termos, é impreterível considerar as categorias raça e classe, com o propósito não apenas de apontarmos tais desigualdades, mas principalmente de ressignificarmos e lutarmos por novas formas de reprodução social, em que as mulheres realmente possam ter escolhas livres. Para tanto, há que se lutar por outra forma de organização da sociedade.

Referências

- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 131-154, 2º sem. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 9 ago. 2023.



- ANDRADE, Rosana Soares Pinheiro. A subordinação de raça no processo de formação da classe trabalhadora brasileira. **Revista Fim do Mundo**, Marília, São Paulo, n. 4, p. 155-175, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Universidade Católica de Pernambuco – NE-ABI, 2020. Disponível em: www.unicamp.br/NEABI/?page_id=137. Acesso em: 09 nov. 2023.
- COSTA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/16398>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. **Estudos e Pesquisas**, n. 106, abril 2023. Disponível em: www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ESQUIVEL, Valéria. La Economía del Cuidado en América Latina: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. PNUD, Panamá, **Caderno Atando Cabos**, deshaciendo nudos, out. 2011. Disponível em: https://www.americalatinagenera.org/es/documentos/Atando_Cabos.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GÊNERO e NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório. São Paulo: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/relatorio>. Acesso em: 05 out. 2023.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil / Laurentino Gomes. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansaço, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. 1.ed. São Paulo: Globo, 2013.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: Perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 9 out. 2023.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. 10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. **Anais...** 35^a Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR), Rio de Janeiro, Brasil, 7 a 9 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/documentos-1/versaoartigopibafazeresdomesticossitespm.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.



- MELO, Hildete, MORANDI, Lucilene. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1(71), p. 187-210, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/mgKPK77mpq64FJXx7mBrDXQ/?format=pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2014 [1994].
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990 [1959].
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- PÉREZ OROZCO, Amaia. Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico. Revista de Economía Crítica, [S.I.], v. 1, n. 5, p. 8-37, 2021. Disponível em: <https://revistaeconomiacritica.org/index.php/rec/article/view/388>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- RODRÍGUES ENRÌQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 256, p. 1-15, mar. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/>. Acesso em: 11 out. 2021.
- SAFFIOTI, Helieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1967].
- SILVA, René Marc da Costa. A Constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil. **International Law: Revista Colombiana de Derecho Internacional**, n. 23, p. 235-266, 2013.
- SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, mai./ago. 2022 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnkdzVnST-Nk4LPZCYw/?format=pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- SOARES, Luiz Carlos. A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. **Anais... V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**. 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_luiz_carlos_soares_a-escravidao-industrial-no-rio-de-janeiro-do-seculo-xxi.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

STAMPA, Inez. Transformações recentes no mundo do trabalho e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 35-60, 2012.

STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Trabalho e precarização social no capitalismo contemporâneo: dilemas e resistência do movimento organizado de trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís/MA, v. 22, n. especial, p. 277-303, 2018.

VICENTE, Cláudia de Oliveira. **Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Notas

- 1 Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Família e Gênero da Faculdade de Serviço Social da UERJ e do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua como Assistente Social na Clínica de Doenças Renais (CDR) em Nova Iguaçu, RJ. E-mail: claudinhavicente@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6829-7719>
- 2 Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestra em Política Social pela UFF, Doutora e pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF) e no Núcleo de Estudos Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio), ambos registrados no DGP/CNPq. E-mail: analole@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594>
- 3 Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestra em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutorado pelo Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/UNICAMP. Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: carlacristina.almeida@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8828-4997>



- 4 Escravos de ganho eram “[...] aqueles escravos que, após fazerem o trabalho na casa dos seus donos regulares, iam para as ruas em busca de atividades suplementar. Vendiam seu trabalho de forma avulsa, a diversos clientes, oferecendo serviços que poderiam durar um dia ou mesmo algumas horas. Era um sistema tão popular que existiam até casas de comércio especializadas no aluguel de escravos. Os escravos de ganho faziam de tudo: iam às compras, buscavam água, removiam o lixo, levavam e traziam recados e serviam de acompanhantes para as mulheres quando iam à igreja” (Gomes, 2007, p. 248-249).
- 5 Para maior aprofundamento ver Costa (2020).
- 6 “A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (Marx, 2013, p. 873).
- 7 O conceito da reprodução social a partir das perspectivas feministas ganhou novos contornos de modo que as esferas da produção e reprodução social não estão separadas. Para Kergoat (2016) a reprodução social passa pela ideia da “produção do viver em sociedade”, enquanto para Amaia Pérez Orozco (2006) é a “sustentabilidade da vida” As atividades de reprodução social devem ser consideradas não só do ponto de vista de valor social, mas também econômico.
- 8 Esta pesquisa é produto da dissertação de mestrado de Cláudia de Oliveira Vicente intitulada “Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado”, orientada pelas professoras Ana Lole e Carla C. L. de Almeida defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 2023 (Cf. Vicente, 2023).
- 9 A pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. A mudança de classificação não se deu pela gravidade da doença, e sim pela disseminação geográfica rápida que a covid-19 apresentou. A mudança na classificação pela OMS foi para obrigar os países a tomarem medidas preventivas à contaminação.
- 10 “A pandemia chega em um corpo de trabalhadores completamente desprotegido”, afirma a economista Lúcia Garcia – UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/a-pandemia-chega-em-um-corpo-de-trabalhadores-completamente-desprotegido-affirma-a-economista-lucia-garcia/> Acesso em: 7 out. 2023.